

## REFORMISMO E NEGAÇÃO DA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA: UM GRAMSCI DEFORMADO PELO EUROCOMUNISMO<sup>1</sup>

Juary Chagas<sup>2</sup>

No marco da crise do capital dos anos 1970 surge a proposta de um novo “socialismo”, proclamando-se alternativo ao neoliberalismo e aos regimes stalinistas. Tratava-se de uma “esquerda” que à época exigiu um “rearme” do marxismo, uma “terceira via” para a transformação social.

A proposta deste trabalho é fazer uma análise teórico-política – apoiada no método dialético – sobre o eurocomunismo, esta corrente que, ainda com peso na atualidade, invadiu o marxismo e elegeu Gramsci como seu “teórico”. Será utilizada bibliografia gramsciana e de outros intérpretes para demonstrar o modo como esse novo protótipo reformista se utiliza dos flancos da obra de Gramsci para deturpar suas posições, reinventando teses socialdemocratas.

Rejeitando a experiência russa (como se o stalinismo fosse continuidade direta do bolchevismo), a resposta do eurocomunismo foi voltar-se à democracia parlamentar, numa estratégia *permanente* de defesa do “estado democrático” e de convivência pacífica com a burguesia. Dessa resposta se extrai suas três matrizes centrais: um Estado democrático, inato e autônomo da base material da sociedade; uma perspectiva indefinida de transformação social, fundamentada numa *estratégia de esgotamento* semelhante à de Kautsky e Bernstein; e uma política de compromissos com a burguesia para se chegar ao poder. COUTINHO (2000, p. 38-39, grifos nossos) comprova:

... o Estado capitalista se ampliou: ele não é mais um simples ‘comitê executivo da burguesia’ [...], já que foi obrigado a se abrir [...].

Esta alteração na **natureza** do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na **estratégia** do movimento operário socialista. **Nas formações sociais onde não ocorreu significativa socialização da política; onde, portanto, não existe uma ‘sociedade civil’ pluralista e desenvolvida, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante assalto revolucionário [...]. [...] onde o Estado se ‘ampliou’, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da sociedade civil, visando a conquista do consenso da maioria [...] no sentido de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos de Estado...**

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada ao *VII Colóquio Internacional Marx-Engels*, destinada ao *GT 2 - Os marxismos*.

<sup>2</sup> Pós-graduando em Serviço Social pela UFRN e instrutor colaborador do ILAESE.

Coutinho afirma que a *natureza*, a *essência* do Estado se modificou, sendo então necessário mudar sua *estratégia* de superação socialista. Esta é uma fórmula reformista, mas é com tal premissa que Coutinho sintetiza as matrizes eurocomunistas, relacionando-as a Gramsci. Implicitamente, o que Coutinho sugere é que o Estado contemporâneo segue sendo um ente dotado de uma hegemonia de classe, mas como se tal hegemonia não fosse, a rigor, um síntese entre a direção ideológica e o domínio coercitivo.

Ora, se a dominação do Estado foi modificada para uma natureza fundada no consentimento, qual o sentido de organizar uma tomada de poder? É esta concepção que, na verdade, resulta na transfiguração das categorias gramscianas para sustentar o eurocomunismo.

Para Gramsci, Estado e sociedade civil não são separados, mas são partes de uma única totalidade social. A sociedade civil é parte do Estado, confundindo-se com ele e com suas funções coercitivas e coativas. Esta é, portanto, a fundamentação proposta por Gramsci em seu conceito de Estado ampliado: “*na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam*” (GRAMSCI, 1975b, p. 1590, tradução nossa); “*a sociedade civil [...] é também ‘Estado’ ou, antes, é o próprio Estado*” (Idem, ibidem, p. 2302, tradução nossa).

O manejo de Coutinho com a categoria do Estado rompe com a asserção gramsciana de que a hegemonia é uma síntese entre convencimento e coerção. Levando a ampliação do Estado ao absurdo, Coutinho intencionalmente não opera as devidas distinções mediante as particularidades da unidade dialética entre Estado e sociedade civil. Coutinho ignora que a obtenção de espaços nos aparelhos estatais (e a disputa do Estado por meio do sufrágio) é um processo que sofre determinações econômicas incisivas. “*Por mais que seja ‘possível’ para os trabalhadores elegerem seus representantes [...], a burguesia sempre estará em vantagem nos marcos da sua própria ‘democracia’, pois o processo de representação não altera a localização dos sujeitos*” (CHAGAS, 2011, p. 73) na estrutura do sistema social de produção e, como não poderia deixar de ser, o resultado do sufrágio é fortemente condicionado pelo controle (através da posse direta ou da influência econômica) da burguesia sobre os meios de imprensa, sem falar nos financiamentos eleitorais e na compra direta de votos.

Além disso, Coutinho também ignora o fato de que o Estado possui uma sustentação nas forças armadas e que a direção de tais forças é recrutada em setores burgueses ou de forte integração com a classe dominante; localizados socialmente na alta classe média, com altos salários e um rígido controle coercitivo e de disciplina sobre as tropas. Por mais ampliado que esteja o Estado, seu instituto coercitivo não dissolveu, ao contrário, se fortalece – inclusive com manifestações pujantes de poderio bélico – e segue sendo o esteio que garante os pilares do Estado sempre que a ideologia não for suficiente. As elaborações de Coutinho se distinguem dessa compreensão e não são, portanto, asserções gramscianas, mas reformistas.

Mesmo com seu conceito podendo até sugerir perda na capacidade de distinção *analítica* destes as especificidades e determinações próprias do Estado e sociedade civil, Gramsci não concebe o Estado como não sendo um instrumento coercitivo e de classe. Ao contrário, mesmo entendendo que o capitalismo moderno complexifica e amplia o Estado, Gramsci não o sustenta como um recipiente a ser preenchido de um conteúdo de classe a depender da origem social ou orientação política dos que nele ocupam as posições centrais de gestão.

Para Gramsci o Estado não deixa de ser um *consórcio* a serviço dos que *dominam* e, embora se comporte como uma estrutura não-monolítica, segue com um núcleo duro de natureza coercitiva, controlado pela classe hegemônica (entendida como *direção e domínio*, no plano econômico e político) e encoberto de um invólucro “democrático” fundado no consenso. Por isso, Gramsci defende a necessidade de triunfar sobre as mentes dos explorados, mas sem descartar um momento de ruptura, uma vez que “*nenhuma classe social armada e dominante cede seu poder militar e seus privilégios só por convencimento*” (SECCO, 1996, p. 86, grifo nosso):

... a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como ‘**domínio**’ e como ‘**direção** [...]’. Um grupo social **domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada** [...]. Um grupo social pode e, aliás, deve ser **dirigente** já **antes** de conquistar o poder governamental (esta é **uma das condições** para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente em suas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63, grifos nossos)

Aqui há uma importante diferenciação com as teses reformistas na medida em que “*Gramsci [...] acrescenta explicitamente como tendência o caráter coercitivo da função de dominação, o que elimina qualquer idéia de que o poder uma vez conquistado pode ser exercido sem violência contra a ação das classes desalojadas do governo*”. (SECCO, 1996, p.86)

Ao contrário dessa idéia, é vislumbrando a conquista da hegemonia cultural como *uma das condições* da supremacia de uma classe sobre outra que Gramsci compreende que o momento da ruptura não pode ser excluído.

A direção da classe trabalhadora é condição sem a qual não se acumula forças para superar o capitalismo, da mesma forma que, neste íterim de ruptura, esta direção deve estar orientada para organizar o momento de avançar sobre o domínio dos meios de produção e sobre o poder político, construindo uma contra-ofensiva para dissolver a reação burguesa – rigorosamente previsível em qualquer processo de tomada do poder.

Significa então que as duas primeiras matrizes eurocomunistas – a democracia de caráter universal e a tese de que o socialismo só não é edificado sem enfrentamentos e rupturas porque, para tanto, basta ganhar ideologicamente os trabalhadores até se constituir uma maioria aritmética nos palácios governamentais – não podem, portanto, se sustentar na tese gramsciana do Estado ampliado, por duas razões fundamentais: além de entender o Estado – ainda que profundamente modificado – como instrumento que combina direção sem abandonar o papel de dominação, Gramsci nos apresenta Estado e sociedade civil como partes *com características próprias* de um *todo indivisível*, com ambos sendo marcados por determinadas relações sociais que os atravessam.

Na medida em que a “*sociedade civil constitui-se numa importante arena de luta de classes, pois é nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo*” (GRAMSCI, 1991, p. 22, grifos nossos); o Estado – uma vez que para Gramsci se assemelha à própria sociedade civil – não pode ser destacado de tal arena. O Estado é, portanto, igualmente um terreno (não apenas institucional) de disputa, enfrentamentos e antagonismos, cujo caráter é determinado pela classe que detém a direção (consentimento) e – uma vez que a possui, *capcitando-se para a conquista* – o domínio (coerção) sobre as demais.

Além disso, sendo a sociedade civil “*para Gramsci [...], sem ambigüidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele*” (WOOD, 2003, p. 208), torna-se evidente que o Estado burguês – como algo extensivo à sociedade civil –, deve, sem dúvidas, ter suas contradições exploradas; desde que não se ignore o seu caráter de dominação, nem muito menos sejam utilizadas determinadas “disputas” como justificativa para uma acomodação à ordem social capitalista. Esta é, portanto, a principal controvérsia gramsciana que se choca com a terceira matriz do pensamento eurocomunista: a estratégia de alianças com a burguesia.

Como decorrência da própria idéia de mudar o caráter do Estado por meio de reformas, a estratégia de acordos permanentes com a classe dominante é, na verdade, a síntese das três matrizes reformistas (Estado inato, abandono da perspectiva de transformação social pela via da ruptura e o aliancismo de classe) numa só ideologia.

Sendo o Estado uma coisa universal e podendo ter seu caráter modificado sem que seja destruído – apenas acessando-o e reformando-o –, seria legítimo pensar que a construção de um Estado que derrubasse o capitalismo pudesse se dar sem enfrentamentos radicais. Igualmente, se a transformação da sociedade pode se dar sem rupturas, seria também legítimo celebrar pactos com a classe dominante para ascender até o Estado e, dentro dele, reformá-lo. É o que sugere BERLINGUER (2009, p. 83, grifos nossos), principal teórico eurocomunista:

O problema das alianças é, então, **o problema decisivo de toda revolução e de toda política revolucionária** [...]. [...]

Assim, não nos limitamos a buscar e a estabelecer convergências com figuras sociais e categorias econômicas já definidas, mas queremos conquistar e incluir, em um articulado conjunto de alianças, grupos inteiros da população, **forças sociais não classificáveis como classes**, tais como são, precisamente, as mulheres, os jovens e as jovens, as massas populares [...], as forças da cultura, os movimentos de opinião [...]. Eis o modo pelo qual nós entendemos e cumprimos o trabalho concreto de construir e preparar as bases, as condições e as garantias daquilo que se costuma chamar um ‘modelo’ novo de socialismo...

Os eurocomunistas partem de um princípio que haveria, dentro da burguesia, setores “progressivos” com os quais poderiam estabelecer alianças, tendo em vista sempre o enfrentamento desse bloco com “os monopólios”, as frações “mais nocivas” e “reacionárias” da classe dominante. Sempre justificando sua política com avaliações que apontam para “conjunturas desfavoráveis” ou “ameaças de golpes reacionários”, os eurocomunistas na prática operam um movimento de uniformização da “sociedade civil”. A sociedade passa então a não ser mais dividida em classes, mas em “campos” cujo significado assume um critério obtuso e pouco objetivo: o que é ou não “progressivo”. Esta operação é a que permite envolver trabalhadores e capitalistas dentro de um projeto unitário, como se ambos possuíssem interesses estratégicos semelhantes.

Como para os eurocomunistas o caráter do Estado é definido por uma disputa em um terreno “neutro” e “autônomo” – onde os acordos, as negociações e os ardis determinam tudo –, as alianças com setores da classe dominante tornam-se então uma estratégia, pois bastaria conquistar uma “hegemonia parlamentar” para que se iniciasse um processo de mudança na correlação de forças, com a burguesia em desvantagem.

É precisamente nesse ponto que reside todo o anti-marxismo de tais posições. Qualquer aliança, antes do mais, precisa ser entendida como uma síntese de determinações, e não uma mera soma aritmética de forças aparentes. Ocorre que, enquanto perdurar o capitalismo, as determinações materiais colocam a burguesia num patamar de vantagem em qualquer aliança estabelecida com as classes despossuídas.

Tais alianças sofrem a determinação não apenas da presença burguesa no do pacto, mas, sobretudo, do seu poderio econômico, do seu controle político sobre o Estado e da sua posse sobre os meios de produção. Os financiamentos dos bancos, das grandes empresas e dos detentores das terras influenciam no programa e nas políticas empreendidas pela aliança, impedindo a incorporação de condutas anticapitalistas.

Eis a razão pela qual tal estratégia de alianças leva, necessariamente, à formulação de políticas que tomem parte pelos interesses dos grupos que as compõem, e, como há uma profunda disparidade de poder entre ambos – a burguesia no capitalismo é a classe *dominante* –, o resultado é o sacrifício dos interesses mais essenciais dos explorados; sem falar na fragmentação, na confusão, no isolamento e na divisão das massas trabalhadoras – que só compromete o seu próprio projeto estratégico e, em contrapartida, fortalece o da burguesia.

Sobre tais questões, Lenin produziu importantes contribuições, defendendo eventuais *unidades* práticas com setores burgueses em torno de *pontos comuns* e a partir determinadas condições adversas (como a violência reacionária), mas, ao mesmo tempo, rejeitando resolutamente qualquer tentativa de conciliação de projetos estratégicos de classe com a burguesia:

Desde 1905 [os bolcheviques-leninistas] defenderam sistematicamente a aliança da classe operária com o campesinato **contra a burguesia liberal e o tsarismo**, sem nunca se negarem, ao mesmo tempo, a apoiar a burguesia contra o tsarismo [...] e sem interromper a luta ideológica e política mais intransigente contra o partido camponês revolucionário-burguês [...].

[...]

O capitalismo não seria o capitalismo se o proletariado ‘puro’ não estivesse rodeado de uma massa extremamente variegada de tipos de transição do proletário para o semiproletário (aquele que obtém metade dos seus meios de subsistência vendendo sua força de trabalho), do semiproletário para o pequeno camponês [...], do pequeno camponês para o médio, etc.; e se dentro do proletariado não houvesse divisão em camadas mais e menos desenvolvidas, divisões de caráter territorial, profissional, por vezes religioso, etc. De tudo isto decorre a necessidade [...] de recorrer à manobra, à conciliação, aos compromissos **com os diversos grupos proletários, com os diversos partidos dos operários e dos pequenos patrões**. Toda a questão consiste em **saber** aplicar esta tática para **elevantar**, e não para diminuir, o nível **geral** de consciência, de espírito revolucionário e de capacidade de luta e de vitória do proletariado. [...] A tática acertada dos comunistas deve consistir em **utilizar** essas vacilações, e não, de modo nenhum ignorá-las; utilizá-las exige **concessões aos elementos que se voltam para o proletariado – quando e na medida em que o façam –, a par da luta contra os elementos que se inclinam para a burguesia**. (LENIN, 2004, p. 315-316, 317-318, comentários e grifos nossos)

A posição enfática de Lenin que sugere um permanente enfrentamento com a burguesia cria problemas teóricos para o reformismo eurocomunista, afastando-o de Gramsci.

Para Gramsci, a hegemonia entendida no interesse dos explorados é a capacidade de “guiar o proletariado no sentido de assumir uma função dirigente e, portanto, de construir não só novas relações políticas e estatais, mas também uma nova cultura”. (GRUPPI, 1991, p. 72)

Isso significa que a hegemonia é um *processo* capaz de unificar diversos setores e classes em torno do interesse da classe trabalhadora. Mas foi tornando *indiscriminada* essa concepção de “capacidade de direção, de conquistar alianças” (Idem, *ibidem*, p. 5.) que o eurocomunismo transformou o bloco histórico, esta “unidade de forças sociais e políticas diferentes” (Idem, *ibidem*, p. 78.) para “conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela [a conquista da hegemonia] traçou e difundiu” (Idem, *ibidem*) numa aberração eclética que ao mesmo tempo exclui qualquer elemento unificador de luta contra o capitalismo e prostra a classe trabalhadora no horizonte da ordem vigente.

Ocorre que esta teoria eurocomunista é falsa, pois a “hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lenin” (Idem, *ibidem*, p. 1). A confusão empreendida pelo eurocomunismo “apoiado” em Gramsci ganha corpo por um problema residual: enquanto Lenin utilizava “hegemonia” para conceituar a capacidade de *direção* do proletariado sobre as classes aliadas, sempre procurando expor com outros termos o problema do *domínio* coercitivo em razão da sua luta contra a socialdemocracia e mencheviques; Gramsci, por sua vez, refere-se à hegemonia como *direção* e *direção+domínio*, mas sem estabelecer mudanças na terminologia.

Essa sutil manobra produz uma conseqüência: a questão do domínio coercitivo é dissolvida na hegemonia cultural, como se a conquista da direção fosse suficiente para obter o poder político e como se Gramsci – mesmo utilizando uma única terminologia – não tivesse estabelecido essas duas *condições* para a derrubada do capitalismo:

O critério histórico-político sobre o qual há necessidade de fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. **É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias.** Por isso **uma classe já antes de subir ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder se torna dominante**, mas segue também sendo dirigente. [...] **A direção política se converte em um aspecto do domínio, na medida em que a absorção das elites das classes inimigas conduz à decapitação destas e à sua impotência.** (GRAMSCI, 1975a, p. 41, tradução e grifos nossos)

Tem-se aqui, valiosos conselhos estratégicos de Gramsci sobre a construção da hegemonia da classe trabalhadora e a questão das alianças.

O primeiro conselho de Gramsci é o de que uma classe é *dirigente* das classes aliadas e *dominante* das inimigas. Significa que é possível que se estabeleçam alianças com classes que podem se colocar no interesse do proletariado (camponeses, operários especializados, pequena burguesia, etc.), o chamado *bloco histórico*. No entanto, as classes que possuem localização distinta do proletariado no sistema social (aquelas que não são exploradas pela burguesia), não podem ser dirigidas pelo proletariado, pois seus interesses enquanto classe são mediados centralmente pelo *antagonismo* histórico frente aos proletários, não por uma eventual confluência política.

A sociedade não é dividida em “campos”, mas em classes. A disputa entre os ditos “progressistas” e “reacionários” burgueses é uma luta travada *dentro dos marcos do capital*: trata-se de uma guerra que define qual setor burguês será o responsável principal pelo domínio e pela exploração dos despossuídos, dentro de uma divisão de tarefas intra-burguesa. Assim, estando tais “campos” *circunstancialmente* “divididos”, mas sendo burguesia enquanto classe dominante e dirigente, as alianças permanentes com tais setores significarão nada menos que uma divisão das tarefas burguesas sendo operacionalizadas pelos potenciais aliados da própria classe trabalhadora. Trata-se, nada menos, de uma adesão de um bloco explorado ao projeto burguês!

O segundo conselho não poderia ser mais esclarecedor. Gramsci diz que a direção política se transforma em *domínio* quando a absorção das classes inimigas “conduz à sua decapitação e impotência”. Algum eurocomunista mais sagaz poderia se aproveitar da expressão “absorção” para sustentar que Gramsci estaria defendendo uma estratégia de compromissos com a classe dominante, uma vez que “se a burguesia pode absorver e cooptar os trabalhadores para o seu projeto, a mesma possibilidade se aplicaria ao proletariado”.

Ocorre que o critério de Gramsci para a edificação da hegemonia (enquanto processo) é o de que o “*proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o estado burguês a maioria da população trabalhadora*” (Idem, 2004, p. 408, grifos nossos). A aliança de classes idealizada pelos eurocomunistas não tem essa proposta, simplesmente porque ela não é (e nem seria) capaz de *dirigir* a burguesia e nem mesmo se propõe a empreender algum tipo de mobilização da classe trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês – visto que seu desejo e objetivo é apenas *integrar-se* a ele!

Isto mantém os eurocomunistas reféns do resultado prático visto até hoje em todas as experiências históricas sustentadas nessa teoria reformista: a busca pelo “consenso” sobre um *projeto comum* entre classes antagônicas se traduz apenas na manutenção do *status quo*. É desse modo que o eurocomunismo rompe com o marxismo e se transforma numa “esquerda” sem uma estratégia que impulse a luta de classes e a transformação social.



Pior que isso, opta por um projeto de gerência do capitalismo – tentando levar Gramsci consigo –, sem apontar qualquer perspectiva socialista ou horizonte de luta de classes em nome de outro modelo de sociedade; apostando numa via de administração do capital.

Esta é a “esquerda para o capital”, que promove conscientemente junto com a burguesia e uma “direita para o social” pactos permanentes de “humanização do capitalismo”, amaldiçoando cada vez mais a luta política dos explorados, em detrimento das conciliações que procuram estancar o enfrentamento de classes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, Co-edição Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- CHAGAS, Juary. *Sociedade de classe, direito de classe: uma perspectiva marxista e atual*. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. 1, Turim: Einaudi, 1975a.
- \_\_\_\_\_. *Quaderni del carcere*. 13, Turim: Einaudi, 1975b.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere: o Risorgimento - notas sobre a história da Itália*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Vol. 3, 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.
- SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo Fernandes, et alli. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.